

# Tratamento da Cartografia Histórica no Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires

## *The treatment of historical cartography in the Historical Archive of the City of Buenos Aires*

Sergio Pedernera

Direção Geral de Patrimônio e Instituto Histórico – Subsecretaria de Patrimônio Cultural  
Responsável por Processos Técnicos e Usuários

### RESUMO:

Este artigo aborda o tratamento dado à documentação cartográfica pertencente à Prefeitura Municipal, Municipalidade da Cidade de Buenos Aires (especialmente a gestão de Torcuato de Alvear - 1880-1887), os municípios de Flores e Belgrano e as medidas realizadas pela Direção Geral de Terras, Topografia, Arquivo de Medidas (1771-1952). Toda essa documentação, tanto a que esteve desde a origem do Arquivo como a incorporada posteriormente, foi submetida a um processo de preservação e conservação executado através de fundos outorgados pela Fundação Andrew W. Mello, Universidade de Harvard. Foi constituída uma equipe de trabalho com o objetivo de construir uma metodologia própria e específica para sistematizar os documentos cartográficos existentes e pô-los à disposição do público usuário em geral (respeitando-se as normas internacionais).

**Palavras-chave:** Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires; documentos cartográficos; metodologia

### ABSTRACT:

*This article deals with the treatment of the cartographical documentation belonging to the city government of the municipality of Buenos Aires (especially during the administration of Torcuato de Alvear – 1880-1887), the municipalities of Flores and Belgrano and the measures taken by the General Directorate of Land, Topography and Measures Archive (1771-1952). All this documentation, both the one that was there since the beginning of the Archive, and the one incorporated later, underwent a process of preservation and conservation carried out with funds granted by Harvard University's Andrew W. Mello Foundation. A team was assembled with the aim of creating its own specific methodology to systematise the existing cartographical documents and put them at the disposal of the general public (observing international norms).*

**Keywords:** Historical Archive of the City of Buenos Aires; cartographical documents; methodology

(...) não existe entidade filosófica ou natureza alguma que se anteponha com sucesso como um *noumenosino*, mas que o espaço existe – surge, aparece, significa – à medida que é produzido, criado, estabelecido.

Claudio Canaparo

## Introdução

O Arquivo Histórico da Cidade de Buenos Aires, subordinado à Direção Geral de Patrimônio e Instituto Histórico (Ministério da Cultura: Governo da Cidade de Buenos Aires) custodia, conserva, preserva e difunde os fundos produzidos pelas seguintes instituições: Prefeitura Municipal (1854-1882) e a municipalidade da Cidade de Buenos Aires, criada pela Lei Orgânica nº 1.260, em 1882; Municipalidade de Flores e Municipalidade de Belgrano; Comissão do Parque 3 de Fevereiro; Direção Geral de Terras, Arquivo de Medidas, Topografia. Esta documentação histórica, composta por documentos textuais e visuais-gráficos abarca um espectro muito amplo de temas, a saber:

Abstecimento, alfândega, água, aluguéis, iluminação, beneficências, bibliotecas, bombeiros, ruas, caminhos, cadeia, celebrações-festas, cemitérios, comércio, comunicações, congressos, consulados-embaxadas, conventos-monastérios, culto, diversões-jogos, edifícios, educação, exército, eleições, empregos-profissões, enfermidades-epidemias, espetáculos, finanças, grêmios, guerra, higiene, igrejas-templos, impostos, indústria, justiça, leis, marinha, ministério-poderes de governo, monumentos-obras de arte, multas, municipalidade, municipalidade do interior, museus, numismática, parques-passeios, praças, plantas, população, polícia, imprensa, profissionais-técnicos, prostituição, porto, rios, sociedades, terrenos, transporte.

Há uns 10 anos, formou-se uma equipe de trabalho com o objetivo de construir uma metodologia própria e específica para sistematizar os documentos cartográficos existentes e pô-los à disposição do público usuário em geral (respeitando-se as normas internacionais). Até o momento, tem-se trabalhado com as plantas, croquis e mapas (quase todos manuscritos) da Prefeitura Municipal, Municipalidade da Cidade de Buenos Aires (especialmente a gestão de Torcuato de Alvear - 1880-1887), os municípios de Flores e Belgrano e as medidas realizadas pela Direção Geral de Terras, Topografia, Arquivo de Medidas (1771-1952), nas quais intervieram prestigiados agrimensores.<sup>1</sup>

## Algumas linhas sobre a metodologia

Os documentos gráficos-cartográficos estão vinculados a um documento textual, na grande maioria de casos. A razão por que incluímos a cartografia nos processos de escrita para

realizar este trabalho de sistematização e acesso não foi por um predomínio do documento textual sobre o gráfico em termos de quantidade ou por algo que poderíamos entender como um vício profissional. Trata-se de uma questão teórica. Não só vemos a cartografia incorporada a um processo de escrita como a transformamos totalmente em escrita em nossas catalogações.

Um arquivo é um espaço conceitual, e é conceito precisamente toda vez que é realizado, mediante critérios de ordenamento desenvolvidos em instituição destinada a preservar, conservar e transmitir processos históricos vinculados à instituição que produz a documentação e que, por sua vez, se torna independente da instituição produtora para integrar-se à trama sociocultural. Pode aplicar-se aqui o que Jorge Luis Borges escreveu uma vez, em junho de 1968: “ordenar bibliotecas é exercer, de um modo silencioso e modesto, a arte da crítica.”

Através do Arquivo constituído as instituições dão visibilidade material aos atos realizados. Se procedermos a um ordenamento cronológico e evolutivo da cartografia da cidade de Buenos Aires e nos basearmos em um suposto mapa como espelho da realidade, só necessitaríamos de coordenadas espaço-temporais para sua classificação, quer dizer, a que fragmentos ou a que setores da cidade representa e em que época foi elaborado, podendo também incluir questões técnicas como as escalas ou suportes.

Se em troca, abriremos a possibilidade de que o material cartográfico tenha atuado antecipando, hipotetizando, respondendo a estratégias políticas determinadas, imaginando e plasmando sobre o papel uma cidade futura, então, junto com a complexidade da concepção cartográfica se complexificam as categorias classificatórias. Torna-se de relevância fundamental as gestões, o contexto de interesses e outras varáveis como a linguagem, os materiais utilizados e as técnicas, a simbologia, as intenções na utilização da cor, das letras, das escritas e das emendas, as grades pontilhadas, as anotações, as omissões etc. em associação, geralmente, com documentos textuais nos quais estão incluídos.

Quanto mais elementos se colocam em jogo nos critérios de classificação mais se possibilita uma hermenêutica do documento que não se restringe a pensá-lo como um espelho em relação àquilo que descreve. A partir de então, surgiu a necessidade de refletir, selecionar e sistematizar substantivos, adjetivos, advérbios que descrevam e/ou se referenciem ao espaço e ainda estabelecer um vocabulário controlado em cada área. Um sistema que facilite o acesso e a comunicação entre usuários e unidades de informação.

A cartografia, neste caso, é o resultado de um ato administrativo, por isso não descuidamos do processo do qual se originou e dentro de que universo se criou.

Depois de um minucioso exame da documentação pertencente à Prefeitura, a Torcuato de Alvear, aos municípios de Flores e Belgrano e à municipalidade da Cidade de Buenos Aires, foram catalogadas cerca de 700 plantas. Posteriormente, trabalhou-se com a documentação correspondente à Divisão Geral de Terras, Arquivo de Medidas, Topografia.

Toda essa documentação, tanto a que esteve desde a origem do Arquivo como a incorporada posteriormente, foi submetida a um processo de preservação e conservação executado através de fundos outorgados pela Fundação Andrew W. Mello, Universidade de Harvard; compraram-se mapotecas adequadas, desdobraram-se as plantas para evitar dobras e quebras, fizeram-se pastas com papel livre de ácido e interpolado com papel livre de ácido também, além da limpeza mecânica efetuada com rigor. Existe um suporte digital da documentação entre 1854-1900.

Quanto à cartografia de Buenos Aires, séculos XIX e XX (impressos em sua grande maioria), está em pastas de cartão livre de ácido, ordenada cronologicamente, e também existe uma base de dados. (Destaca-se aqui o Cadastro Pueyrredón, que tem uma base de dados própria devido a seu volume e à aerofotogrametria de 1929 e 1937).

Atualmente, nos encontramos na complexa fase de ordenamento e estudo das plantas recebidas recentemente, correspondentes ao período 1901-1938.

Todos os projetos do Arquivo têm como objetivo maximizar a eficiência do acesso à informação histórica institucional, garantindo, mediante a guarda, a conservação e a preservação, o direito dos cidadãos de conhecê-la e controlá-la.

A incorporação de todos esses elementos enriquece a difusão e também valoriza uma quantidade de características do documento que a partir de outras conceitualizações do mapa e espaço podiam passar despercebidas.

A partir dessa perspectiva, queremos acentuar que as concepções, regras, teorias e normas que se aplicam na produção de um arquivo, no seu ordenamento e interpretação não prescindem de seu contexto de produção mas, por sua vez, consideramos que a normatização disciplinar não pode esquivar-se da contemporaneidade e, portanto, tampouco escapa dessa situação a tarefa de compreensão, organização e classificação dos arquivos executada a partir desse conjunto de normas. Assim, a Arquivologia pressupõe um procedimento contemporâneo, o que não implica que suas diretrizes coincidam com as sustentadas nos processos normatizados que deram lugar à existência de um arquivo. Trata-se, então, de inscrever a Arquivologia no marco de uma *performance* contínua que tem caracterizado tanto a prática profissional como as considerações teóricas da disciplina.

Se é legítimo falar de um sentido comum cartográfico, ele nos remete a pensar no mapa em termos daquilo que o mapa descreve. No entanto, no curso dessas reflexões nos damos conta da centralidade que adquirem os modos pelos quais descrevemos o mapa. O espaço no papel cria um novo espaço e, nossas descrições do mapa, um novo mapa. Daí a necessidade metodológica de desnaturalizar o olhar que enfoca o espaço.

## Nota

1 - Em termos gerais, podemos dizer que a denominada "Prefeitura Municipal" foi uma instituição que funcionou (com muitas variantes) entre os anos de 1854, ano em que lavrou a sua "Ata de Instalação", e 1882. Torcuato Alvear foi o último a dirigi-la. Devido à relevância da gestão de Alvear, a documentação foi separada a partir de 1880, ano em que ele ingressara como titular na Prefeitura, até 1887, em que finaliza sua gestão como prefeito da Cidade de Buenos Aires. (No ano de 1881, o Poder Executivo decreta a criação da Comissão Municipal a cargo da qual o presidente Roca manteve Alvear. No dia 1º de novembro de 1882, foi sancionada a Lei Orgânica da Municipalidade, que leva o nº 1.260. O presidente Roca designou como prefeito da Cidade

de Buenos Aires o próprio Torcuato de Alvear. Por sua vez, as peças cartográficas a partir de 1888 foram denominadas como "Municipalidade da Cidade de Buenos Aires". Os antigos municípios de Flores e Belgrano que mediante a Lei nº 2.089 incorporaram-se à cidade de Buenos Aires. Além disso, conserva-se a documentação correspondente: à Comissão do Parque 3 de Fevereiro (1874-1892), à Hemeroteca Intendência Carlos Pueyrredón, ao Arquivo Contábil do *Diário A Imprensa* e o *Boletín*, ao *Diário*, ao *Periódico* e à *Revista da União Industrial Argentina*, entre os anos de 1896 a 1970. Também existe uma mapoteca de plantas da Cidade de Buenos Aires (séculos XIX e XX), impressos na sua grande maioria.

Recebido em 26/01/2014